

REBENA
REVISTA BRASILEIRA DE ENSINO E APRENDIZAGEM
V.4 (2022)

**PLANEJAMENTO EDUCACIONAL PARA O ENSINO MÉDIO NO
BRASIL: UM MOVIMENTO DE REFORMAS**

Educational planning for high school in Brazil: A reform movement

Jacyguara Costa Pinto¹
Maria Regina Nunes²

RESUMO

O artigo teve o objetivo de analisar o planejamento educacional para o ensino médio no Brasil nas últimas décadas e em meio a várias reformas. Adotou-se os métodos de análise descritivos e analíticos, utilizando o método de pesquisa bibliográfica, para organização da revisão de literatura, objetivando o estudo aprofundado de informações acerca do tema de pesquisa e pela análise de conteúdo organizá-los em três categorias. Os resultados se voltaram ao estudo de um novo planejamento para o ensino médio no Brasil pós reformas contemporâneas, a abordagem do planejamento curricular do ensino médio pós-reformas, e a identificação do papel do setor privado na reforma e planejamento do ensino médio: movimento todos pela educação. Concluiu-se que a conjuntura reformista que atinge a educação nacional reflete o cenário político de disputa entre o setor público e o setor privado, sendo que este último, cada vez mais se faz presente nas leis que regem a educação através dos seus projetos e interesses, demonstrando assim, suas claras intenções determinadas pela redefinição do papel estatal e suas consequências para a educação

Palavras-chave: Planejamento educacional. Ensino médio. Educação para Todos.

ABSTRACT

The article aimed to analyze educational planning for secondary education in Brazil in recent decades and in the midst of several reforms. Descriptive and analytical analysis methods were adopted, using the bibliographic research method, to organize the literature review, aiming at the in-depth study of information about the research topic and through content analysis to organize them into three categories. The results focused on the study of a new planning for secondary education in Brazil after contemporary reforms, the approach to post-reform secondary education curriculum planning, and the identification of the role of the private sector in secondary education reform and planning: a movement for all by education. It was concluded that the reformist conjuncture that affects national education reflects the political scenario of dispute between the public and private sector, with the latter increasingly being present in the laws that govern education through its projects and interests. , thus demonstrating its clear intentions determined by the redefinition of the state role and its consequences for education

Keywords: Educational planning. High school. Education for All.

1. Introdução

Historicamente na organização do sistema educacional, as modalidades de ensino se configuram como a designação dada a uma etapa do ensino que se instituiu como podendo

¹ Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS). jacyguaracosta@gmail.com.

² Universidad del Sol. reginanunes17@hotmail.com

ser a educação elementar, ensino fundamental, ensino médio e o ensino superior. Abrangentes, mas que evidenciam o direito a educação básica às crianças, aos adolescentes, aos jovens, aos adultos e a públicos especiais.

Nessa perspectiva, ao longo da história, o planejamento educacional veio se apresentando como o grande problema do sistema nas últimas décadas. Um dos grandes desafios, apontado nos debates para e no estabelecimento de políticas, se configurou em garantir a formação adequada, na idade certa, a população de adolescentes e jovens, visando a ruptura com a evasão e o abandono escolar, avalizando assim o princípio da obrigatoriedade de oferta de ensino garantido na Constituição Federal Brasileira de 1988.

Trazendo para a análise como objeto de estudos, o ensino médio constata-se uma estrutura dual do ensino que decorre desde os anos 1940, quando da implantação de sua organização em que oferecia: a continuação dos estudos que levariam ao acesso as universidades; e, ofertar o ensino que prepararia para o mundo do trabalho. Questão dual que evidencia uma conjuntura estrutural de classes, colecionando membros de diferentes camadas sociais, que foram sendo beneficiadas no âmbito escolar por diferentes políticas públicas.

Em 2016 foi imposta a reformulação educacional do ensino médio, anunciada pelo Presidente Michel Temer através da Medida Provisória (MP) n. 746, que foi transformada na Lei n. 13.415/2017, nova lei do ensino médio, priorizando a flexibilização do currículo, a articulação com a educação profissional e a educação em tempo integral. Neste período vivenciou-se na sociedade um debate intenso que causou várias discussões, manifestações públicas, ocupações em espaços públicos, confrontos, nos quais todo o descontentamento foi externado, sobretudo, por alunos da educação básica, superior e educadores de todo Brasil.

Hoje, se o jovem quiser cursar uma formação técnica de nível médio, ele precisa cursar 2.400 horas do ensino médio regular e mais 1.200 horas do técnico. Segundo a legislação e o marketing governamental, o chamado novo Ensino Médio permitirá que o jovem “opte” por uma formação técnica profissional dentro da carga horária do ensino médio regular desde que ele continue cursando português e matemática até o final. E, ao final dos três anos, ele terá um diploma do ensino médio e um certificado do ensino técnico.

Neste sentido, compreende-se que a reforma do Ensino Médio se configura como uma contrarreforma, pois a MP alterou pontos da LDBN e da Lei do FUNDEB que se apresentam atualmente, a partir da referida mudança, como desconstituição daquilo que se refere ao sentido do Ensino Médio e de Educação Profissional como perspectiva formativa

humana. A contrarreforma faz com que os estudantes sejam divididos em grupos: Grupo que terá acesso a um ensino propedêutico e aqueles que vão ter acesso a um ensino técnico de baixa qualidade.

Assim, os jovens oriundos de famílias com menor poder aquisitivo, seguirão para carreiras de subemprego, enquanto que os jovens, pertencentes às famílias de maior poder aquisitivo, mais ricos, poderão focalizar sua vida estudantil em áreas que desejam e, que sejam mais promissoras de assumir os mais altos escalões no mundo do trabalho.

O MEC enfatiza seus esforços administrativos em prol do reformismo, pautados nos princípios da Lei n. 13.005/2014 que trata do plano Nacional de Educação (PNE), que, estabelece na meta 3, a universalização até 2016, do atendimento escolar para toda a população de quinze a dezessete anos. Projeta ainda, a elevação, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio 85%, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir a média nacional.

Diante do exposto, constata-se que as reformas educacionais não se configuram como uma novidade no Brasil. É necessário considerar mudanças no sistema educacional, porém, as reformas implementadas ao longo das últimas décadas, no que diz respeito ao ensino médio no Brasil, além de não superar a dualidade da estrutura do ensino voltada para as classes sociais, foram sempre centradas e estruturadas de acordo com a demanda produtiva do capital, colocando a educação, os processos formativos como matéria prima, como produto de consumo do capitalismo.

A crise econômica pelas quais muitos países vêm atravessando, não se configura como uma crise cíclica e sim como uma crise permanente, o que exige dos países em crise ajustes sociais que contemplem as exigências dos órgãos fomentadores do capital internacional em vários setores dos mesmos, tais com a educação. A emergência ou a intensificação de processos de reforma do sistema educacional, nas últimas décadas, é comum a muitos países e, no Brasil, este cenário não é diferente, por tratar-se de uma ampla reforma envolvendo as três esferas públicas: União, Estados e distrito Federal, além de uma grande rede privada.

Esta conjuntura reformista que atinge a educação nacional reflete o cenário político de disputa entre o setor público e o setor privado, sendo que este último, cada vez mais se faz presente nas leis que regem a educação através dos seus projetos e interesses, demonstrando assim, suas claras intenções determinadas pela redefinição do papel estatal e suas consequências para a educação.

A organização do problema de pesquisa se constituiu em investigar qual o nível de participação e envolvimento o Movimento Todos Pela Educação apresenta durante o percurso da constituição e instituição na contrarreforma do Ensino Médio? É premente a necessidade de entender a atuação das entidades governamentais e não governamentais, que direta ou indiretamente, trabalham já algum tempo para a implementação de ideias desenvolvidas em seus projetos educacionais, atreladas ao empresariado, vinculadas ao projeto do capital.

O interesse pelo presente estudo nasce do prisma teórico, quando nas discussões desenvolvidas em algumas disciplinas do curso de pedagogia/Unifap, em especial na disciplina de Seminário de Pesquisa, cujas discussões nos fez compreender que a educação se configura como arena propícia para a formação e ampliação do campo de atuação do capital na sociedade mundial. Compreendeu-se que a formação concebida pelas políticas neoliberais, possui como pano de fundo a formação de sujeitos como produtores e consumidores de bens industrializados e informatizados, em favor de grandes grupos econômicos.

Para responder ao problema de pesquisa proposto, pautou-se como objetivo geral analisar o planejamento educacional para o ensino médio no Brasil nas últimas décadas e em meio a várias reformas. E especificamente, buscou-se: entender como tem sido proposto pelo Estado um novo planejamento para o ensino médio no Brasil; analisar o planejamento curricular do ensino médio pós-reformas contemporâneas; e descrever o papel do setor privado na reforma e planejamento do ensino médio.

2. Materiais e Métodos de Análise

Adotamos os métodos de análise descritivos e analíticos, objetivando o estudo aprofundado de informações acerca do tema de pesquisa, visando a explicação dos fatos decorrentes sobre o mesmo com a finalidade de desconstituir conhecimento calcado sobre diferentes fontes de informação.

A análise do conteúdo, a qual será realizado utilizando o método de pesquisa bibliográfica, para organização da revisão de literatura, se apresenta como estratégia presente na análise das informações, permitirá interpretar as informações coletadas de forma organizada facilitando, assim, a compreensão dos fatos que se apresentam com um certo grau de complexidade.

Os dados obtidos com a análise de conteúdo foram organizados de forma qualitativa, sendo descritos conforme a interação com cada objetivo específico proposto, dessa forma, foram organizados em três categorias, sendo: um novo planejamento para o ensino médio

no Brasil; o planejamento curricular do ensino médio pós-reformas; papel do setor privado na reforma e planejamento do ensino médio: movimento todos pela educação.

3. Um Novo Planejamento para o ensino Médio no Brasil

Na sociedade atual quando se fala de reforma proporcionada pelo estado, há de se analisar o papel do mesmo em relação aos interesses do capital que se escamoteiam por detrás de tais reformas. As mudanças no campo político, econômico e ideológico das últimas décadas, abriram caminho para a implantação das ideias neoliberais em diversos setores da sociedade brasileira, principalmente no setor produtivo, acarretando assim o discurso de governos e empresários sobre mudanças e reformulações no setor educacional, que contribuíram para a fomentação de uma economia mais competitiva que se adeque as condições impostas pelos financiadores do capital externo.

Para Mészáros (2008), os processos sociais e educacionais são intimamente ligados e conseqüentemente é inviável ocorrer uma reformulação da educação sem que haja uma transformação do quadro social. As reformas educacionais não são uma novidade no cenário nacional, elas são necessárias, promovendo com isto, a adequação do sistema educacional às novas demandas que emanam da sociedade, com o objetivo precípua de “melhoria” do mesmo. Reformas, as quais abrangem toda uma sociedade, devem ser pactuadas pelo consenso social, independentemente de ideologias governamentais momentâneas.

É incontestável que o currículo do ensino médio, quando da implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), dos pareceres do Conselho Nacional de Educação (CNE), das Diretrizes Curriculares Nacionais do ensino Médio (DCNEM), do conteúdo do PL 6.840/2013, a atuação do capital internacional e do empresariado nacional influência nas modificações legislativas. Todos os documentos analisados apontam uma educação voltada para a competência, para a especialização, para a preparação ao mercado de trabalho. As justificativas de tais modificações pelo estado se destacam, pelos baixos índices educacionais do país, e, pelo número crescente de jovens desempregados no mundo do trabalho.

Neto e Cruz (2011) demonstram em seus estudos, no que concerne à educação profissional que ainda ocorre uma remodelagem do espaço produtivo, além da concentração de riqueza, como um retrocesso no espaço educacional brasileiro, acarretando na concorrência entre os trabalhadores e na exigência por qualificação profissional de acordo com as demandas do mercado de trabalho, o que requer para isso, mão de obra especializada e barata para a produção de bens materiais, propondo não mais uma educação para a vida, mas para o trabalho.

Nesse debate, na visão de Farias et all, (2012) apresenta em seu estudo que os jovens, filhos de trabalhadores, podem ou devem ser motivados a cursar o ensino médio, concomitante ao técnico, posterior a ele, ou ainda, de forma integrada. Os autores fazem uma análise do EM integrado, defendendo um posicionamento de pedagogia empreendedora como princípio norteador da educação em qualquer nível de ensino. Os autores, por fim concluem que o EM ofertado apresenta-se sem garantias de uma formação de indivíduos capazes de pensar e transformar a sociedade em igualitária e justa.

4. O Planejamento Curricular do Ensino Médio Pós-reformas

Os estudos de Silva (2014), ao analisar de forma contundente o currículo, o processo de formatação da BNCC e, as últimas legislações sobre o ensino médio, afirma que a definição de “listagem de conteúdos”, escamoteados com a designação nos documentos da BNCC de “direitos e objetivos de aprendizagem” configura-se no campo do atendimento dos interesses do mercado de trabalho e da indústria. Os conteúdos enfatizam a instrumentalização dos indivíduos e a adaptação dos mesmos a uma sociedade capitalizada, deixando de lado uma educação mais ampla e reflexiva do indivíduo, sobretudo, quando retira disciplinas do currículo obrigatório, como Filosofia e Sociologia, que promovem consciências críticas.

Para Silva (2014) as mudanças no currículo se justificam pelo apelo do mercado da empregabilidade e das transformações tecnológicas que perpassam o mundo atual, sendo assim, nada mais adequado aos interesses do capital do que uma educação calcada na produtividade, com bases na globalização e na tecnologia para atender ao mercado e a divisão internacional do trabalho.

Os conhecimentos privilegiados nesta nova educação são os conhecimentos de interesse do empresariado na formação de mão de obra especializada em detrimento de conhecimento que levem o homem à sua liberdade e emancipação, ou seja, subjaz uma valorização dos conhecimentos técnicos-científicos que tornam a escola refém do pensamento imediatista, privatista, capitalista.

Sobre a relação privado-público na educação, a pesquisa de Sandri (2016) em análise das relações público-privadas na implantação do ensino médio inovador, uma política pública implementada pelo MEC e o projeto jovem do futuro, da fundação Unibanco, voltados para a gestão escolar, elucida as consequências para a formação do educando desta junção de programas público-privada. A autora enfatiza que ao juntarem-se os programas de iniciativa pública com os da iniciativa privada, os interesses da iniciativa privada prevalecem sobre os da iniciativa pública, concretizados através de conteúdos educacionais e curriculares,

desenvolvidos por empresas privadas e que, de certa forma, vão impactar na educação pública.

Em suas conclusões, a pesquisadora afirma ser o setor privado através de seus representantes, citando o Movimento Todos pela Educação, a estarem engajados em várias etapas da educação básica e superior, que atrelados aos sistemas públicos, criam um sistema educacional paralelo ao sistema oficial, chegando ao ponto de desconsiderarem as normas legislativas legais, citando como exemplo as normas curriculares (HONORATO, 2015).

Deve-se pensar na conquista da igualdade social na escola, deve consistir em proporcionar, a todas as crianças e jovens, em condições iguais, o acesso aos conhecimentos da ciência, da cultura e da arte, bem como o desenvolvimento de suas capacidades intelectuais e a formação da cidadania. Para Dos Santos et al. (2021) a escola é apontada pelos interesses voltados quase excepcionalmente ao atendimento das demandas definidas por grupos sociais dominante.

O capitalismo-humanizado ignora o trabalho como prática humana. Assume na sociedade de mercado, a condição de trabalho alienado, de mercadoria. Consequentemente nesse contexto, a escola existirá muito mais para atender as demandas do capitalismo do que, exercer sua função social, promotora de educação como emancipação humana.

5. Papel do Setor Privado na Reforma e Planejamento do Ensino Médio: Todos pela Educação

Pretende-se nesta seção apresentar reflexões, relações, influências do setor privado, na reforma do Ensino Médio, bem como, seu modus operandi de “parcerias” com o Estado, por meio da organização do movimento Todos Pela Educação na oferta de uma educação calcada nos princípios da Pedagogia das competências. Para Martins, (2013), estes distintos grupos empresariais, com interesses diversos e atuação em diferentes níveis da administração pública e da sociedade, surgem em redes e em alianças com o poder público, incidem nas políticas públicas voltadas à área da educação pelo que se convencionou denominar de Movimento Todos pela Educação (TPE), em que os empresários acabam influenciando o governo na agenda educação.

O TPE, em seus objetivos expressos de oferecer condições de acesso, de alfabetização, sucesso escolar, ampliação dos recursos investidos na educação básica, melhorando também, as formas de gerir esses recursos nos espaços escolares e o compromisso pela efetivação do direito das crianças e jovens a uma Educação Básica de qualidade. Esse objetivo, com prazo de cumprimento até 2022, foi traduzido em 5 Metas:

Meta 1: Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola;

Meta 2: Toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos;

Meta 3: Todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano;

Meta 4: Todo jovem com Ensino Médio concluído até os 19 anos;

Meta 5: Investimento em Educação ampliado e bem gerido.

Percebe-se, expressamente por suas metas, a missão do TPE no que diz respeito as suas ações, estratégias e motivações que, inevitavelmente, influenciaram na Lei n. 13.415/17-Reforma do Ensino Médio. Nesta carta, 20 destaques foram feitos relacionados ao ensino médio, e deu-se ênfase na primeira parte da carta na qual vislumbra a questão da organização do currículo e ampliação da jornada escolar para tempo integral.

Nesta primeira parte da carta, o ministro chama atenção para a quantidade de disciplinas cursadas de forma obrigatórias, que segundo ele são exacerbadas, superficiais e fragmentadas e que, portanto, o currículo deveria ser diversificado. Para balizar suas ideias, o ministro buscou apoiar-se em uma pesquisa realizada pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), com o apoio da Fundação Victor Civita (FVC), sendo esta última instituição, ligada ao Grupo Abril de Roberto Civita um dos empresários ligados diretamente ao TPE.

É notório, os princípios da Pedagogia das Competências, nas análises dos resultados da pesquisa, apontam crítica ao currículo que oferece uma única trajetória com finalidade de acesso as universidades, o que contraria os desejos de uma juventude em trilhar seus próprios caminhos. Outra crítica da pesquisa se pauta em relação ao inchaço do currículo e a fragmentação do mesmo. O boletim apontava já em 2015, para a flexibilização curricular, da construção de itinerários diferenciados para um público diferenciado, confirmando assim a dualidade formativa do Ensino Médio.

A pesquisa apresenta no quesito formação técnica, que apesar do modelo de Ensino Médio, anterior a Lei n. 13415/17, servir como uma ponte para o ensino superior, também sentem a necessidade de uma formação sólida na educação básica que os prepare para o mercado de trabalho, e que muitos dos alunos poderiam optar por trocar algumas disciplinas do currículo anterior por disciplinas de formação técnica.

Outro ponto da contrarreforma do EM, diz respeito à escola de tempo integral, à qual também vai se concretizar na Lei n. 13.415/17 que, em suma, revoga a Lei n. 11.161/2005 e, no Art. 13, fica instituída, no âmbito do Ministério da Educação, a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, onde o aumento da carga horária para cumprir a meta 6 do Plano Nacional de Educação (PNE), que prevê que, até 2024, 50% das escolas e 25% das matrículas na educação básica estejam no

ensino de tempo integral. A carga horária no EM é de 800 horas por ano, e de acordo com o MEC, a mesma deve ser ampliada de forma progressiva até atingir 1,4 mil horas anuais.

Considerando tais alterações da legislação, abre-se o caminho para profissionais de diversas áreas atuarem no magistério, consolidando-se ausência de profissionais qualificados para garantir dentro do Ensino Médio, os itinerários formativos.

Um ponto a ser evidenciado na contrarreforma do EM é a parceria com setor privado, já que o sistema poderá a seu critério, na formação técnica e profissional, aceitar a inclusão de vivências práticas no mundo do trabalho o ambiente de simulação, o que dá a abertura para as empresas nacionais se especializarem neste tipo de serviço.

O TPE, desde a sua formação em 2006, vem atuando nos bastidores do cenário educacional brasileiro visando à reformulação do mesmo, silenciosamente implantando sua ideologia mercadológica e através das estratégias da suposta responsabilidade social tem o objetivo de atender aos seus objetivos específicos, que é a formação de mão de obra para o mercado de trabalho.

6. Considerações Finais

A conjuntura reformista que atinge a educação nacional reflete o cenário político de disputa entre o setor público e o setor privado, sendo que este último, cada vez mais se faz presente nas leis que regem a educação através dos seus projetos e interesses, demonstrando assim, suas claras intenções determinadas pela redefinição do papel estatal e suas consequências para a educação

Daí a necessidade de entender a atuação das entidades governamentais e não governamentais, que direta ou indiretamente, trabalham já algum tempo para a implementação de ideias desenvolvidas em seus projetos educacionais, atreladas ao empresariado, vinculadas ao projeto do capital no sentido de contrarreforma.

A reforma do ensino médio altera pontos da LDBN e da Lei do FUNDEB que se apresentam atualmente, a partir da referida mudança, como desconstituição daquilo que se refere ao sentido do Ensino Médio e de Educação Profissional como perspectiva formativa humana fazendo com que os estudantes sejam divididos em grupos: Grupo que terá acesso a um ensino propedêutico e aqueles que vão ter acesso a um ensino técnico de baixa qualidade.

A discussão apresentada das influências e interesses empresariais no Ensino Médio, podemos constatar que subjaz um projeto neoliberal dominante na governança do sistema nacional de educação, representado por grandes grupos empresariais-financeiros com questões sobre interesses e influências do empresariado escamoteados na reforma.

Verificou-se que a engrenagem teórica que consolida o poder desses grupos no meio educacional, advém de princípios liberais forjados na pedagogia das competências cujo foco, se volta para formação dos sujeitos nos eixos de “habilidades” e “competências” com propósitos de instituir processos de adaptação do homem à sociedade capitalista.

Referências

BRASIL. **Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL, **Lei nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017**. Altera a Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. **Novo ensino médio – dúvidas**. Brasília: MEC, 2017.

DIORGENES, Elione; COSTA, Maria, GOMES, Oliveira. Ensino médiopresariado: história, ensino médio, tela. **Revista Ensino Interdisciplinar**, v. 3, n. 7, p. 12-38, 2017.

DOS SANTOS, Josimar Barbosa; PONTES, Edel Alexandre Silva; MORAES, Eduardo Cardoso. Formação humana e seus condicionantes socioeconômicos. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 16, p. e135101623539-e135101623539, 2021.

FARIAS, Aracelia Cavalcante et al. **Ensino Médio Integrado no Estado do Ceará: O “Caminho de Pedras” do Empreendedorismo para A Escola Pública**. Ceará: Editora Universitária, 2012.

MARTINS, Erika Moreira. **Movimento "todos pela educação": um projeto de nação para a educação brasileira**. 2013. 193f. Dissertação (Ciências Sociais na Educação) Faculdade de educação, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2013.

MÉSZÁROS, Istiván. **A educação para além do capital**. Tradução Isa Tavares. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

NETO, Enéias Arrais. CRUZ, Keyla de Souza Lima. As interfaces da qualificação do trabalho brasileiro no contexto da mundialização do capital. **Revista LABOR**, v. 1, n. 6, p. 34-89, 2011.

HONORATO, Vânia Maria de Carvalho. **Concepção de gestão e organização pedagógica em documentos oficiais sobre escola de tempo integral**. 2015. 123 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2015.

SANDRI, Simone. **Relação público-privado no contexto do ensino médio brasileiro: em disputa a formação dos jovens e a gestão da escola pública**, Curitiba: Univirtus, 2016.

SILVA, Monica. As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e as proposições sobre trabalho, ciência, tecnologia e cultura. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil. **Revista Brasileira de Educação** v. 19 n. 58 jul.-set. 2014.